

‘NARRATIVAS VIDA’ DE MULHERES NEGRAS: EXIGÊNCIAS DO CUIDAR, LIMPAR E ALIMENTAR

Ana Sarah Cardoso Teixeira¹
Jalmiris Regina Oliveira Reis Simão²

RESUMO

Nós, duas mulheres negras, hoje como discentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), interrogamos a partir de nossas pesquisas e estudos feitos no grupo Conversas entre Professores: Alteridades e Singularidades - ConPAS, a atuação e responsabilidades exigidas à mulher negra e pobre na sociedade. Trazemos falas polifônicas, mas que como em uma orquestra composta por instrumentos diferentes, apresentam uma melodia harmoniosa. Falas oriundas de *espaçotempos* diferentes, desinvisibilizando questões de raça, gênero e condição social. Assumimos como perspectiva epistemológica-política-metodológica os estudos do campo do cotidiano (Certeau, 1994; Alves, 2008) e a pesquisa narrativa (Reis, 2014; 2023). A narrativa de Ana Sarah busca desnudar o lugar do cuidado, enquanto uma condição perpetrada no imaginário que recai sobre os corpos, identidades e subjetividades das mulheres negras na sociedade brasileira. Instigada por Cida Bento (2022), a autora (com)partilha suas memórias com a avó se encarregando dos cuidados domésticos para que as outras mulheres da família pudessem trabalhar e estudar. São memórias olfativas permeadas de vestígios de amor (hooks, 2021) das quais ela se alimenta para ocupar o lugar acadêmico. Também é uma forma de denunciar a perpetuação de uma condição colonial, subjugada e subalternizada destes corpos na sociedade: afinal, de quantas mulheres se faz uma senzala que mantenha o funcionamento da casa grande? De quantas senzalas se faz o Brasil? A narrativa de Jalmiris, traz a “*narrativa vida*” de Dona Antônia (61 anos), mulher negra, estudante da classe de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos

¹Mestranda do PPGE/UFRJ, professora da educação infantil da Jangada Escola, sarahcardosoufrj@gmail.com.

²Doutoranda do PPGE/UFRJ, jalmiris.reis@gmail.com -Finan. CAPES PROEX

(EJA), no turno noturno, em uma escola pública periférica de Belo Horizonte. Ela compõe o imenso contingente de pessoas excluídas de um ambiente formal de aprendizagem, além de reforçar a concepção de que mulheres não devem/precisam estudar. D. Antônia, como analfabeta, carregava o estigma de inferioridade, ao assinar com o polegar (Galvão; Di Pierro, 2013). Ela aprendeu, ainda criança, a cozinhar, lavar, limpar, cuidar de outras crianças. Aos 11 anos, foi matriculada em uma escola, mas continuou a trabalhar como doméstica, o que a sobrecarregou, impedindo-a de prosseguir com os estudos. Foram muitas evasões e novas matrículas. A cada retorno, a menina se identificava menos com o espaço escolar, pois a concepção de que “trabalhar é melhor que estudar” permanecia. Aos 17 anos se casou. Aos 60 anos, já com filhos e netos, viu renascer o desejo de retornar à escola e aprender a ler e escrever, uma prática de liberdade, um direito constitucionalmente estabelecido para todo cidadão. Precisou da permissão do “*homem lá de casa*” (assim se referia ao marido). Foram muitas condições impostas e sobrecarga de reclamações quanto a qualidade da comida e o cuidado da casa para seu retorno à escola. A partir destas “*narraativas vida*” externamos formas de dominação de gênero e raça naturalizadas, agudizadas pela condição social, expressas em exigências inquestionáveis do cuidar, amamentar e realizar todo o trabalho doméstico de forma exclusiva pela mulher negra e pobre. Uma tripla discriminação, mediante o imaginário desqualificador da sociedade preconceituosa que vivemos.

Palavras-chave: Mulher negra. Preconceito contra o analfabeto. Direito Constitucional. Corpos em igualdade e equidade. Pesquisa Narrativa.